


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1013132-05.2016.8.26.0566**
Classe - Assunto **Procedimento do Juizado Especial Cível - Garantias Constitucionais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Muller Carioba Attanasio**

Vistos.

Maria Luisa Ceschi Garcia propõe esta ação contra Detran - Departamento Estadual De Trânsito - São Paulo e Heron Vieira, alegando que, em 10/2014, alienou a Heron o veículo indicado na inicial. Todavia, autuações por infrações de trânsito foram lançadas em seu nome e, somente em 04.2016, conseguiu fazer com que Heron regularizasse a transferência do veículo para o seu próprio nome. Sustenta que as infrações foram indevidamente lançadas em seu nome e que, ao final, sua CNH foi injustamente cassada. Sob tais fundamentos, pede antecipação de tutela para a suspensão do ato de cassação e que, a título de provimento definitivo: (a) sejam transferidas as pontuações para a pessoa de Heron Vieira (b) seja anulada a cassação da sua CNH.

A antecipação da tutela foi indeferida (fls. 15).

Contestação do DETRAN, alegando inadequação da via eleita, pois a competência é do juizado, que tem rito diferenciado, ilegitimidade passiva, porque não é o órgão autuador e, no mérito, a regularidade do ato de cassação. Quanto à responsabilidade pelas infrações, invoca o disposto no art. 134 do CTB.

Réplica às fls. 59/60.

Decisão de fls. 61/62, determinando a redistribuição ao JEFAZ.

O corréu Heron Vieira foi citado e não contestou a ação (fls. 92).

É o relatório. Decido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Julgo o pedido na forma do art. 355, I e II do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A preliminar de ilegitimidade de parte aduzida pelo Detran não há de ser acolhida, pois embora tenha afirmado que o órgão autuador da infração que gerou a cassação da CNH foi a Prefeitura Municipal, certo é que o que se discute nestes autos não é a infração em si e sim quem é o responsável pelo seu cometimento, independentemente de qual órgão a tenha imposto. Ademais, a operacionalização da transferência dos pontos é de sua responsabilidade.

Afasta-se assim tal preliminar.

Quanto ao corréu Heron Vieira, ante a ausência de contestação, os efeitos da revelia devem incidir.

A autora comprovou de modo seguro e razoável a alienação de seus direitos sobre o veículo Ford Ka, descrito na inicial, à pessoa de Heron Viera, como observamos no acordo celebrado entre eles no âmbito extrajudicial (fls. 09/10), que sequer foi impugnado.

Sob tal panorama probatório, firma-se a premissa de que os direitos da autora sobre o veículo, assim como a sua posse, foram alienados a Heron Vieira e que, portanto, ele foi o responsável pelo cometimento das infrações, ao menos até a data da transferência a terceiro – Andreia Aparecida dos Santos, em 18/04/2016 – que não participou desta relação processual (fls. 14)

Tendo em vista tal premissa fática, há que se acolher o pedido de transferência dos pontos e penalidades em virtude de infrações de trânsito **posteriores à tradição do**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

automóvel, até a data de 18/04/2016, para o nome do adquirente Heron Vieira e, consequentemente, se estes pontos foram os responsáveis pela cassação do direito de dirigir, esta penalidade deve ser anulada.

É que a regra do art. 134 do CTB, segundo a qual o alienante que não comunica a transferência da propriedade ao órgão executivo de trânsito torna-se solidariamente responsável pelas penalidades de trânsito, tem alcance mitigado pelo STJ, em jurisprudência pacífica, segundo a qual "inexiste a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem" (AgRg no AREsp 452.332/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/03/2014).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 347.337/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 12/11/2013; AgRg no REsp 1378941/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, j. 17/09/2013; AgRg nos EDcl no AREsp 299.103/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, j. 20/08/2013; AgRg no REsp 1323441/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 21/08/2012; REsp 965.847/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ªT, j. 04/03/2008.

A ressalva acima exposta quanto aos pontos que geraram a cassação da CNH da autora se faz necessária considerando o documento de fls. 42, cujas infrações lá mencionadas datam de 2009 e estas não estão sendo anuladas.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para: (a) determinar a transferência compulsória dos pontos lançados na CNH da autora, relativos às infrações de trânsito ocorridas após 21/10/2014 e até 18/04/2016, para o prontuário do corréu Heron Vieira (CPF nº 416.598.438-80); (b) anular a cassação do direito de dirigir da parte autora, tão somente se este ocorreu em virtude das infrações cometidas no período de 21/10/2014 a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

18/04/2016. Transitada em julgado, **OFICIE-SE** ao Detran para o cumprimento, nos moldes estabelecidos na sentença. O ofício deverá ser instruído com cópia de fls. 09/10, 14 e desta sentença.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27, L. 12.153/09 c/c art. 55, L. 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 25 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA